

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2016

DATA, HORA E LOCAL: Às nove horas e treze minutos do décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões nº 1 da sede da Funpresp-Exe.

PRESENCAS: Sr. Marcelo Levy Perrucci, Presidente do Conselho Fiscal, e os conselheiros, Sr. Carlos Roberto Caixeta, Sr. José Márcio Ribeiro da Costa e o Sr. Gustavo Alves Tillmann. Registra-se a presença da Sra. Nadja Mendes Soares de Carvalho, Auditora Chefe da Funpresp-Exe; da Sra. Polyana Mitidiero Silva Gabas, Secretária Executiva da Funpresp-Exe; e da Sra. Esther de Godoy Ponteiro, Assistente Administrativo da Funpresp-Exe. **MESA:** Presidiu a sessão o Sr. Marcelo e o secretariou a Sra. Esther. **ORDEM DO DIA: Assuntos Deliberativos:**

1) Aprovação da Ordem do Dia; 2) Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária; 3) Examinar os balancetes, a execução orçamentária do Plano de Gestão Administrativa – PGA e o fluxo de caixa referentes ao mês de junho de 2016; 4) Examinar o quadro de aquisições e contratações da entidade, com especial atenção àquelas realizadas sem licitação; 5) Examinar a execução das Políticas de Investimentos, a aplicação da Resolução CMN nº 3.792 e a rentabilidade dos ativos – 2º trimestre de 2016; 6) Examinar a situação de liquidez dos investimentos referente ao mês de julho de 2016; **Assuntos Informativos:** 7) Apresentação mensal do desempenho da Carteira de Investimentos relativo ao mês de julho de 2016; 8) Plano de Ação do Relatório de Controles Internos – RCI referente ao 2º semestre de 2015; 9) Apresentação dos dados sobre aquelas pessoas que desistiram de renunciar aos Planos de Benefícios ofertados pela Funpresp-Exe; 10) Vistas de processo de seleção de servidor, disponibilização do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR e normatização e parâmetros de contratação; 11) Atas do Conselho Deliberativo, Comitês de Assessoramento Técnico e Comitê de Investimentos e Riscos; 12) Informes. **INSTALAÇÃO:** Verificado o quórum necessário, de acordo com o art. 43 do Estatuto da Funpresp-Exe, o Presidente instalou a reunião e declarou iniciados os trabalhos.

DELIBERAÇÕES: Item 1) A Ordem do Dia foi aprovada pelos membros presentes na reunião. Item 2) A Ata da 36ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal foi aprovada e assinada pelos membros presentes na reunião. Item 3) O Sr. José Luiz Barros Júnior, Gerente de Contabilidade e Finanças, apresentou os balancetes, a execução orçamentária do Plano de Gestão Administrativa – PGA e o fluxo de caixa referentes ao mês de junho de 2016. Com relação à execução orçamentária do PGA, os conselheiros debateram sobre o método de contabilização da antecipação de receitas recebida pela Funpresp-Exe, quando de sua constituição, e se a atualização monetária está sendo feita de forma correta/equilibrada entre patrocinadores e participantes. Diante da discussão, foi solicitada uma comparação entre a evolução do passivo referente à antecipação das contribuições e o estoque de investimento do PGA. Solicitaram, ainda, acesso ao Termo de Acordo – celebrado entre a Fundação e os patrocinadores – e ao Parecer Jurídico que trata desse assunto. Essa questão será abordada novamente na reunião de outubro. **RESOLUÇÃO Nº 59:** O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2016

EXECUTIVO – FUNPRES-EXE, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do art. 42 do Estatuto da Fundação, examinou por meio da Nota Técnica nº 422/2016/GECOF/DIRAD/Funpresp-Exe, de 22 de junho de 2016, os balancetes, a execução orçamentária do Plano de Gestão Administrativa – PGA e o fluxo de caixa relativos ao mês de junho de 2016 e está de acordo com as informações apresentadas, conforme documentos anexos.

Item 4) A Diretora de Administração, Marilene Ferrari Lucas Alves Filha, apresentou o quadro de aquisições e contratações da Funpresp-Exe. O colegiado questionou a diferença de valores despendidos com a certificação dos conselheiros. A Diretora explicou que existem valores diferenciados para associados e não associados nos institutos responsáveis pela emissão dos certificados e que já orientou a área responsável para que as inscrições sejam efetivadas apenas como membros associados.

Item 5) O Sr. Gustavo Campos Ottoni, Gerente de Análise e Operações Financeiras, apresentou, por meio do PDE nº 259/2016, de 05 de agosto de 2016, o Relatório Trimestral de Execução das Políticas de Investimentos e Enquadramentos Legais referente ao 2º trimestre de 2016. Os conselheiros não apresentaram óbice quanto ao assunto.

Item 6) O Sr. Gustavo Campos Ottoni, Gerente de Análise e Operações Financeiras, apresentou, por meio da Nota Técnica nº 445/GECOP/DIRIN/Funpresp-Exe, de 05 de agosto de 2016, a situação de liquidez da carteira de investimentos dos planos e fundos administrados pela Funpresp-Exe referente ao mês de julho de 2016. O assunto foi aprovado pelo Conselho Fiscal por meio da resolução nº 60.

RESOLUÇÃO Nº 60: O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO – FUNPRES-EXE, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 40 do Estatuto da Fundação, examinou a situação de liquidez da carteira de investimentos dos planos e fundos administrados pela Funpresp-Exe, por meio da Nota Técnica nº 445/GECOP/DIRIN/Funpresp-Exe, de 05 de agosto de 2016, e está de acordo com as informações apresentadas no documento anexo.

Item 7) O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Nota Técnica nº 443/2016/GEOFI/GECOP/Funpresp-Exe, de 04 de agosto de 2016, que trata do desempenho da carteira de investimentos, bem como das operações de investimentos e desinvestimentos realizadas ao longo do mês de julho de 2016. O conselho solicitou um mapeamento da rentabilidade efetiva (líquida) em relação a contribuição da parcela do participante da Fundação para ser apresentado na reunião de outubro.

Item 8) A Sra. Nadja apresentou o Plano de Ação do Relatório de Controles Internos – RCI referente ao 2º semestre de 2015. Os conselheiros não apresentaram óbice quanto à documentação.

Item 9) A Sra. Maria de Fátima Gomes de Lima, Gerente de Comunicação e Relacionamento, e o Sr. Marcos Carlos Pereira, apresentaram os dados sobre aquelas pessoas que desistiram de renunciar aos Planos de Benefícios ofertados pela Funpresp-Exe. No que se refere ao Formulário de Desistência, os conselheiros, por entenderem que a quinta pergunta estava muito generalista, sugeriram a seguinte alteração no texto: “Você está ciente de que ao abrir mão do seu Plano de Previdência perderá o

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2016

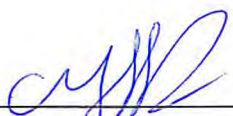
benefício fiscal no IRPF, que possibilita deduzir de 12% à 20,5% da sua renda bruta anual tributável?”. Finalizando o assunto, o colegiado pediu um gráfico comparativo entre a quantidade de participantes na situação atual (adesão automática) e a projeção da quantidade de participantes caso não houvesse a adesão automática. **Item 10)** O assunto ficou pendente para a próxima reunião. **Item 11)** As seguintes atas foram disponibilizadas: (i) Conselho Deliberativo: Ata de reunião ordinária nº 40; (ii) Comitê de Assessoramento Técnico LegisPrev: ata de reunião ordinária nº 9; (iii) Comitê de Assessoramento Técnico ExecPrev: ata de reunião ordinária nº 12; (iv) Comitê de Investimentos e Riscos: ata de reunião ordinária nº 22. **Item 12)** O Diretor-Presidente, Sr. Ricardo Pena Pinheiro, apresentou os seguintes informes: Adesões: até a data de 9 de agosto de 2016 registra-se a adesão de 30.863 participantes à Fundação. (ii) Aprovação do Convênio de Adesão da DPU: A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou por meio da Portaria DITEC/PREVIC/MPS nº 365, de 15 de agosto de 2016, o convênio de adesão entre a Defensoria Pública da União (DPU) e a Funpresp-Exe. O acordo foi publicado no dia 16 de agosto de 2016 no Diário Oficial da União. (iii) Alteração no Regulamento do Plano LegisPrev: A alteração no Regulamento do Plano LegisPrev ainda está para ciência e aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O Tribunal de Contas da União já entregou suas considerações. (iv) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5502, de 19 de abril de 2016: A Funpresp-Exe está acompanhando a ADIN ajuizada contra o mecanismo da adesão automática e está preparando um pedido de *amicus curae* para apresentar ao Supremo Tribunal Federal. (v) PrevFederação: No dia 08 de julho de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a mensagem Presidencial nº 381 que encaminha ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que altera a Lei no 12.618, de 30 de abril de 2012, para permitir que planos de benefícios estaduais, distritais e municipais possam ser administrados pela Funpresp-Exe. (vi) Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016: Lei reabre o prazo para opção de adesão ao Regime de Previdência Complementar por 24 (vinte e quatro) meses para aqueles servidores que estão acima do teto do RPPS. (vii) Aplicação da Lei de Acesso à Informação - LAI: Os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento do Parecer nº 00866/2016/CONJUR-MP/CGU/AGU que trata sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação, no que couber, à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe. O colegiado discutiu o assunto, mas não consolidou sua posição sobre o tema. Decidiram continuar o debate com maior profundidade na próxima reunião. (viii) Fiscalizações: a) Ofício nº 1509/2016/TCU/SELOG, de 23 de junho de 2016: Foram apresentados esclarecimentos acerca da notificação do Tribunal de Contas da União sobre o processo de aquisição de equipamentos de videoconferência, em virtude da Funpresp-Exe estar na condição de fundação participante da licitação. A Diretoria Executiva já apreciou o assunto e determinou seu encaminhamento à Gerência Jurídica para fins de análise e elaboração da resposta; b) Ofício nº 5639/2016-MPF/PRDF/5º Ofício de Atos Administrativos, de 07 de julho de 2016: Foram prestadas informações sobre o ofício nº 5639/2016-MPF/PRDF/5º Ofício de Atos Administrativos, da

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2016

Procuradoria da República no Distrito Federal, que fixou prazo de 20 (vinte) dias para a Funpresp-Exe responder sobre suposta possibilidade de prejuízos financeiros e de segurança da informação nas aquisições de produtos e serviços de tecnologia de informação. O assunto já foi encaminhado à Gerência Jurídica que, em conjunto com a área técnica, elaborará proposta de resposta. (ix)

Treinamento: A Funpresp-Exe realizou o treinamento de 60 agentes da Fundação no Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília com foco na captação de novos participantes Ativos Alternativos. (x) Eleições 2017: A Funpresp-Exe fará uma reunião com 28 sindicatos/associações de Servidores Públicos Federais para tratar sobre as eleições da Fundação.

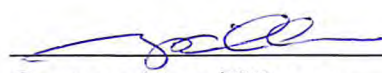
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Marcelo Levy Perrucci, Presidente do Conselho Fiscal, considerou encerrados os trabalhos, às 13h30min da qual foi lavrada a presente ata, lida, discutida e assinada por todos os presentes. E, para constar, eu, Esther de Godoy Ponteiro, secretária da reunião, lavrei e subscrevi esta Ata.



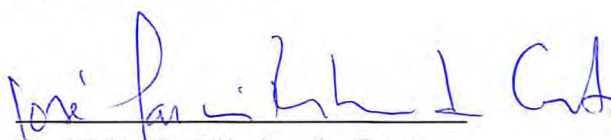
Marcelo Levy Perrucci
Presidente do Conselho Fiscal



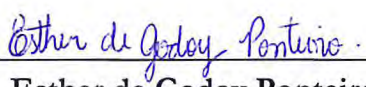
Carlos Roberto Caixeta
Conselheiro Fiscal



Gustavo Alves Tillmann
Conselheiro Fiscal



José Márcio Ribeiro da Costa
Conselheiro Fiscal



Esther de Godoy Ponteiro
Secretária da Reunião